

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

O TEMPO DE ALFREDO PIMENTA. MITOLOGIA POLÍTICA E NACIONALISMO ENTRE A PRIMEIRA REPÚBLICA E O ESTADO NOVO.

LEAL, Ernesto Castro

Ano: 2001 | Número: 111

Como citar este documento:

LEAL, Ernesto Castro, O tempo de Alfredo Pimenta. Mitologia política e nacionalismo entre a Primeira República e o Estado Novo. *Revista de Guimarães*, 111 Jan.-Dez. 2001, p. 103-143.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O TEMPO DE ALFREDO PIMENTA. MITOLOGIA
POLÍTICA E NACIONALISMO ENTRE A PRIMEIRA
REPÚBLICA E O ESTADO NOVO*

Ernesto Castro Leal**

«O papel de uma nação forte e civilizada é imprimir um cunho seu aos elementos civilizacionais comuns a todas as nações do seu tempo. Tem-se confundido a influência de uma nação estrangeira com a influência de muitas. O conflito cultural é que produz civilização. Estamos estagnados porque somos escravos – temos sido escravos de uma nação estrangeira *de cada vez*. Se tivéssemos recebido de cada vez correntes várias do estrangeiro ter-nos-íamos libertado [...]».

Fernando Pessoa, «*Integralismo*» ou «*O neoromantismo monárquico*» [1915/1916?]¹

* Este artigo desenvolve uma conferência que proferi em Guimarães, na Sociedade Martins Sarmiento, no dia 1 de Março de 2002, no âmbito das Comemorações do 50º Aniversário da Morte de Alfredo Pimenta. Uma palavra de profundo reconhecimento a essa prestigiada Instituição, saudando-a na pessoa do seu Ilustre Director, Senhor Dr. Joaquim Santos Simões, e agradecendo também ao Senhor Professor Doutor Norberto Ferreira da Cunha.

** Historiador e Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ *Obras em Prosa de Fernando Pessoa. Páginas de pensamento político*, vol. I (1910-1919). Organização, introduções e notas de António Quadros, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d., p. 98.

«Têm sido férteis em teorias de Ressurgimento os últimos tempos da nossa existência nacional. Não é de hoje a compreensão abstracta da necessidade de remover dificuldades, aplanar caminhos, iluminar as almas, acendendo novos ideais ou alimentando tradições de antanho. Mas quase todas essas *tentativas* têm aparecido eivadas de falsos princípios – ou recorrendo só ao Passado [...] ou socorrendo-se do Futuro [...]. Será da nação que há-de sair o nobre exemplo [...]».

José Rodrigues Miguéis, «*Hora de renovo*» [1921]²

O nacionalismo português contemporâneo reactualizou-se entre os inícios dos anos 90 do século XIX e os finais dos anos 30 do século XX, configurando um multifacetado campo ideológico, cultural e político, onde ocorreram controvérsias sobre as idealizações do regime (monarquia, república, ditadura nacional), do sistema de governo (tradicionalismo, parlamentarismo, presidencialismo), da relação entre o Estado e a Igreja católica (regalismo, ultramontanismo, separatismo, concordatismo), ou ainda sobre a leitura da história e da identidade nacional (providencialismo divino, cientismo laico, historicismo crítico).

As respostas dadas às circunstâncias geopolíticas do Ultimato inglês, da Primeira Grande Guerra e da Guerra Civil de Espanha propiciaram a reconfiguração doutrinária e organizativa dos vários nacionalismos lusos, favorecendo a solidificação de uma mentalidade política de nação imperial, de Estado forte e de sociedade orgânica, muito crítica dos liberalismos oligárquicos de matriz monárquica ou de matriz republicana. Essa nova mundividência foi sujeita a diversos processos de mitificação

² Rodrigues Miguéis, «*Hora de renovo*», *O Sol*, Beja, ano I, nº 4, 28 de Abril de 1921, p. 1.

política e cultural, que percorreriam os vários nacionalismos – monárquicos e republicanos, católicos e laicos – nesse arco temporal, vindo a ganhar um lugar central na ritualização simbólica e política do regime autoritário do Estado Novo³.

1. Mitos políticos, messianismos e nacionalismos

Apesar das divergências em torno da categorização do mito da Nação, do mito do Estado e do mito do Império, praticando-se por vezes o recurso sedicioso do pronunciamento, das incursões, do golpe de Estado ou da revolução, os vários nacionalismos dispuseram de um generalizado imaginário político de nação histórica imperial (na verdade, o que existiu foi um sucessão de «impérios»), com o debate a incidir nesta questão sobre a opção preferencial pelo sistema administrativo colonial (sujeição, assimilação ou autonomia), e de um comum reconhecimento simbólico institucional em torno do escudo de armas, presente quer na bandeira monárquica quer na bandeira republicana.

A pluralidade de formulações doutrinárias e de modalidades organizativas nacionalistas manifestou-se com vigor durante o regime político da Primeira República. Esse vasto campo do nacionalismo foi fracturado pelo importante debate entre liberalismo e antiliberalismo, não impedindo contudo o desenvolvimento de processos de convergência ideológico-culturais e ético-políticos, com bastante relevância após 1915, o que propiciou a construção de espaços cívicos de reflexão teórica e de mobilização pública, como conferências, congressos, campanhas cívicas, revistas ou ligas.

O debate promovido entre os seus protagonistas permitiu a identificação de um conjunto de tópicos essenciais para um programa nacionalista de síntese, em grande parte recolhido e divulgado nos nacionalismos cívicos e políticos da Liga Nacional (1915-1918), na qual Alfredo Pimenta foi vogal da

³ Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

comissão executiva, da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (em particular, de 1918 a 1926) e do Centro Católico Português (em particular, de 1919 e 1926), convergindo no ideário nacionalista sincrético do Estado Novo, bem expresso no lema «Deus, Pátria, Autoridade, Família, Trabalho», que Oliveira Salazar enunciou no discurso «As Grandes Certezas da Revolução Nacional», proferido em Braga, no dia 26 de Maio de 1936.

Não obstante a controvérsia ideológica sobre o lugar da prioridade a atribuir ao primado da moral, ao primado do religioso ou ao primado do político, gerou-se, no primeiro pós-guerra, com significativa audiência, uma área consensual de opinião entre destacados elementos das elites nacionalistas (incluindo republicanos moderados), à volta de algumas ideias essenciais: moral cristã, ética da responsabilidade, patriotismo cívico, Estado unitário, nação imperial, regime republicano presidencialista, governo com forte componente de técnicos (o propalado «ministério nacional das competências»), regime de separação leal entre o Estado e as Igrejas (com crescente audiência do concordatismo de separação jurídica com a Igreja católica), corporativismo (representação institucional de corpos sociais intermédios) e formulação de um projecto de desenvolvimento económico-social com intervenção estadual. Deste modo se questionava a metodologia política e a prática ideológica vigente que oscilava entre o republicanismo revolucionário e o republicanismo demoliberal.

Alguns nacionalismos de acção política promoveram retóricas sobre o «homem providencial», que nos resgataria da decadência provocada por sucessivos naufrágios, favorecendo deslumbramentos de messianismo político e de redentorismo social. Pode surpreender-se narrativas legitimadoras em torno de modelos considerados exemplares, como as que heroicizaram Joaquim Mouzinho de Albuquerque (e os «Endireitas»), João Franco, Henrique de Paiva Couceiro, Afonso Costa, João de Almeida (o «herói dos Dembos»), Sidónio Pais, Francisco da

Cunha Leal, Filomeno da Câmara, Manuel Gomes da Costa ou António de Oliveira Salazar.

Evocava-se frequentemente um novo Nun'Álvares ou um novo D. Sebastião, manifestando-se assim o mito do salvador (chefe-Estado), tendo acoplado o mito da unidade (sociedade-nação), particularmente evidente nos momentos de desregulação do sistema político e de crise económico-financeira. A crítica do messianismo político de matriz republicana tinha sido feita por Basílio Teles em 1907 no jornal portuense *A Voz Pública*, quando outro messianismo político, este de matriz monárquica, se desenvolvia em torno de João Franco. No entanto, a ideia de ditadura, essencialmente transitória, concebida apenas por Basílio Teles como «acumulação dos poderes executivo e legislativo numa única entidade, parlamento ou gabinete»⁴, foi ganhando nas várias áreas ideológicas uma significativa projecção, que se expandiu entre 1918 e 1926.

Em 1918 surgiram no interior do campo nacionalista católico fortes avisos à tentação messiânica da República Nova de Sidónio Pais, numa altura em que se esboçava a construção de uma frente de convergência nacionalista, para uma nova síntese político-ideológica de matriz republicana presidencialista, lida, por Alfredo Pimenta, desta forma: «A República ou é parlamentar, caminhando a passos largos para o anarquismo, ou é presidencialista e, então, deixa de ser autêntica república. Os presidencialistas não são republicanos puros, são republicanos monarquizados. Oxalá triunfe o princípio presidencialista!»⁵. Sidónio desenvolvia pelo País uma liderança carismática e populista, eivada do defeito de «messianismo» que seduzia alguns homens públicos, mas também «consequência

⁴ Basílio Teles, *As Ditaduras. O Regime Revolucionário* [1911]. Prefácio de Vital Moreira e estudo introdutório de Fernando Catroga, reedição, Coimbra, Atlântida, 1975, p. 15.

⁵ Alfredo Pimenta, *A Situação Política*. Conferência realizada no Salão Nobre da Liga Naval Portuguesa, na noite de 26 de Fevereiro de 1918, Lisboa, Ferreira Lda, Editores, 1918, p. 31.

dos entusiasmos que sentia por toda a parte em torno de si», como diagnosticou António Egas Moniz⁶.

A advertência crítica, dentro das suas redes sócio-políticas de apoio, estava claramente estampada num artigo publicado na revista bracarense *Ilustração Católica*: «Um dos grandes males da nossa terra é o *messianismo*. Os portugueses confiam demasiado no esforço alheio e nada esperam do esforço próprio. [...] esperam sempre o salvador [...]. São restos de sebastianismo corroendo ainda toda a energia dum raça, é ainda o pitoresco Bandarra cantando a uma nação inteira as loas perigosas dum passividade fatal [...]. Esperamos, esperamos sempre, a revelação do homem messiânico, que nos venha amarrar ao atoleiro [...]»⁷.

Durante as cerimónias em honra dos Soldados Desconhecidos, a 7 de Abril de 1921, o Presidente da República, António José de Almeida, após declarar ter sido «sempre contra o messianismo político» e ter «em mínima conta as faculdades sobrenaturais dos grandes condutores de homens», não deixou também de promover a necessidade de um messianismo social como guia, «um messianismo triunfal e sadio, partindo da alma da Nação, intrinsecamente, fisiologicamente popular, inculcando fé, dando esperança, [...] cheio de complacência e de bravura, de heroísmo e de perdão [...]»⁸.

Esta atitude inscrevia-se no arquétipo prometaico (redentorista social) do humanismo republicano em busca do

⁶ Egas Moniz, *Um Ano de Política*, Lisboa, Portugal-Brasil Limitada-Sociedade Editora, 1919, p. 86. Para a análise histórica da República Nova, cf. João Medina, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, e Armando Barreiros Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo. História e Mito*, Braga, Universidade do Minho, 1997 (Dissertação de Doutoramento, policopiada).

⁷ J. de Faria Machado, «O Messianismo», *Ilustração Católica*, Braga, ano V, nº 260, 22 de Junho de 1918, p. 608.

⁸ Em Honra dos Soldados Desconhecidos. Discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa Dr. António José de Almeida na Sala e no Átrio do Palácio do Congresso, em 7 de Abril de 1921, Lisboa, Imprensa Nacional, 1921, pp. 20-21.

ideal do «homem novo», que incorporou a ritualização positivista sociolátrica aos «grandes homens» e aos «grandes acontecimentos», como prova a republicanização de Camões a partir do tricentenário de 1880, o novo calendário de feriados civis da República (1 de Janeiro – Fraternidade Universal, 31 de Janeiro – Precursores e Mártires da República, 5 de Outubro – Heróis da República, 1 de Dezembro – Autonomia da Pátria Portuguesa e 25 de Dezembro – Família), a panóplia discursiva patriótica sobre a Primeira Grande Guerra ou a liturgia cívica e laicista ao Soldado Desconhecido, que será recatolizada após a revolução de 28 de Maio de 1926⁹.

O republicano José Osório de Oliveira encontrava, em 1922, a explicação comum para esses diferentes tipos de messianismo na «face elegíaca da nossa alma», que contrapunha à «face trágica» da alma espanhola, messianismos que produziam messias, alguns divinizados misticamente¹⁰ por alguns devotos, como aconteceria com Sidónio Pais e Oliveira Salazar. Por sua vez, na sessão parlamentar de 9 de Janeiro de 1924, o deputado António Lino Neto, notabilidade destacada do Centro Católico Português, seguindo a visão crítica que a Igreja católica tinha do messianismo político - admitindo somente o messianismo divino -, expunha a recusa frontal às revoluções, às

⁹ João Medina, «Oh! a República!...». Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 9-78; Amadeu Carvalho Homem, A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga, Coimbra, Livraria Minerva, 1989, pp. 171-206; Fernando Catroga, O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991, pp. 441-464; Ernesto Castro Leal, «Narrativas e Imaginários da 1ª Grande Guerra. “O Soldado-Saudade” português nos “nevoeiros de morte”», Revista de História das Ideias, vol. 21, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 441-460.

¹⁰ José Osório de Oliveira, «Caracteres ráficos. A Alma da Espanha. Misticismo e messianismo. Os seus crentes e os seus heróis», *Diário de Lisboa*, Lisboa, ano 2º, nº 411, 5 de Agosto de 1922, p. 3.

ditaduras e à espera do messias, pois o «Messias, o Encoberto, o Salvador, está dentro de cada um de nós [...]»¹¹.

No ano seguinte, o jornal «oficial» católico *Novidades*, em editorial, continuava a alertar a elite e o povo católico para o perigo messiânico civil-militar: «[...] enquanto toda a gente nesta hora confia no *encoberto*, nós cada vez esperamos menos em *messias*. A salvação do país ou se fará pela união, organização e cooperação dos valores morais (não dizemos dos conservadores) que ainda existem em todos os campos, ou não haverá remédio senão nos caminhos que a Providência conhece e às vezes levam os povos pelas catástrofes para a ressurreição. Estes, porém, só a Deus pertencem»¹².

Contudo, na área do monarquismo integralista manuelista, João Ameal, importante publicista do nacionalismo revolucionário da Acção Realista Portuguesa (1924-1926) – teorizado por Alfredo Pimenta, que já estivera na formação da antecessora Acção Tradicionalista Portuguesa (1921) e que era fortemente influenciado pela doutrina maurrasiana da *Action Française* –, sentiu a necessidade de distinguir em 1926 dois tipos de messianismo para fazer a justificação de um deles como referente simbólico de mobilização política contra o regime republicano: por um lado, existia o messianismo «pessimista», espelhado por Oliveira Martins, na sua *História de Portugal*, ou por Ramalho Ortigão, nas *Últimas farpas*, dois «lúcidos mestres nacionalistas» mas cuja visão passiva e triste do passado «se não concilia com a sua moderna reflorescência»; por outro lado, construía-se um messianismo «de energias ardentes», propalado por António Sardinha, na *Aliança Peninsular*, por Carlos Malheiro Dias, na *Exortação à Mocidade*, por Antero de

¹¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 17, de 9 de Janeiro de 1924, p. 19.

¹² Cf. editorial «Desorientação», *Novidades*, Lisboa, ano III, nº 438, 12 de Março de 1925, p. 1.

Figueiredo, no *D. Sebastião*, ou por Martinho Nobre de Melo, em *Para Além da Revolução*¹³.

O êxito português da travessia aérea do Atlântico Sul, em 1922, foi mais um momento propiciador de representações apoteóticas patrióticas e nacionalistas, evocando-se um regresso mítico à «idade de ouro» quinhentista. Esta exorbitação da glória presente, protagonizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, pretendeu criar uma nova disposição no escol dirigente para superar o diagnóstico coevo de profunda crise nacional. O sucesso da aeronáutica portuguesa adquiriu uma dimensão nacional mas propiciou leituras fortemente triunfalistas produzidas nas áreas ideológicas nacionalista críticas do regime republicano vigente.

Uma pequena amostra de alguns títulos de artigos, publicados em jornais afectos a essas áreas, mostra bem o ambiente mental vivido: «O Ressurgimento da Raça», «Viva Portugal!», «Glória a Portugal!», «Horas de Glória», «A Alma da Pátria», «Ao Clarão da Epopeia», «Venceram Guiados pela Cruz», «Por Mares e Ares Nunca Dantes Navegados». Está presente, quase sempre, nessas narrativas, o objectivo de articular a prioridade marítima com a prioridade aérea, hiperbolizando assim ainda mais esse feito, como se mostra neste excerto do texto «Salvé Portugal», publicado em *A Vanguarda*, de Pedro Muralha: «Como há 400 anos, Portugal dita ao mundo uma página épica da sua História. A alma da Raça vibra de entusiasmo ao ter conhecimento do triunfo da jornada heróica dos intrépidos aviadores [...]. A hora presente é de ressurgimento nacional.»¹⁴.

2. Expressões de cultura e nacionalismos

Os mundos nacionalistas incorporam também os nacionalismos de investigação e crítica cultural e espiritual, nem sempre relacionados com uma programação nacionalista de

¹³ João Ameal, «Os dois messianismos», *A Reconquista*, Lisboa, nº 1, 15 de Janeiro de 1926, pp.10-11.

¹⁴ *A Vanguarda*, Lisboa, ano X, nº 3175, 19 de Abril de 1922, p. 1.

acção política, que se manifestaram em artigos publicados em periódicos como a *Revista Lusitana* (1887-1943), *O Arqueólogo Português* (1890-1931), *Portugália* (1899-1908), *Arquivo Histórico Português* (1903-1921), *A Águia* (1910-1932), *Vida Portuguesa* (1912-1915), *Revista de História* (1912-1928), *Arqueologia e História* (1922-1932) ou *Lusitânia* (1924-1927). Exemplos, pelo contrário, da íntima conexão entre a crítica cultural e a acção política, foram os periódicos católicos *Imparcial* (1912-1919) e *Estudos* (1922-1934) e a revista monárquica integralista *Nação Portuguesa* (1914-1938).

Exprimiram ambas as situações diversas respostas à vulgata do cientismo positivista-naturalista e do racionalismo dogmático, mas a preocupação comum dirigia-se à construção do conhecimento histórico sobre o homem situado e confrontado, o que funcionou como poderosa advertência aos dogmas do determinismo biológico¹⁵. O seu aprofundamento crítico desenvolveu-se particularmente após a Primeira Grande Guerra, enriquecendo o pensamento filosófico, teológico, histórico e jurídico divulgado em Portugal¹⁶.

Esta atitude mental encontra-se, por exemplo, numa circular de 1911, assinada por Cristóvão Aires, David Lopes, José Leite de Vasconcelos e Fidelino de Figueiredo, para a fundação da Sociedade Nacional de História, depois Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, da qual Fidelino será secretário: «À ideia, melhor, ao sentimento de insensato cosmopolitismo, que, durante o século XVIII, inquinara a vida

¹⁵ Para uma perspectiva crítica, cf. Ana Leonor Pereira, *Darwin em Portugal (1865-1914). Filosofia, História, Engenharia Social*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997 (Dissertação de Doutoramento, policopiada).

¹⁶ Jorge Borges de Macedo, «Significado e evolução das polémicas de António Sérgio. A ideologia da razão (1912-1930)», *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo I, Coimbra, 1983, pp. 471-531; Idem, «O Tempo do Cardeal Cerejeira. Quadro de uma acção apostólica e cultural», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo II, Lisboa, 1990, pp. 9-20; *História do Pensamento Filosófico Português* (Direcção de Pedro Calafate), vol. V, tomos 1-2, Lisboa, Editorial Caminho, 2000.

dos povos, veio suceder o sentimento nacional e o reconhecimento do modo de ser moral e social característico de cada povo, devendo-se, pois, na política e na administração, construir não sobre bases ideais, mas sobre reais e específicas condições nacionais. Seria redundância escusada encarecer [...] a parte gloriosa que teve a história nesse trabalho inovador»¹⁷. Os autores filiavam explicitamente o seu movimento de renovação na esteira da Sociedade Histórica Alemã, criada em 1819, e da coeva Sociedade Histórica Romena, mostrando a íntima conexão cultural entre a historiografia e o nacionalismo.

O propósito de activar os estudos históricos e de reformar o seu ensino era a trave-mestra dessa sociedade científica, que definiu a urgência de um programa nacional de salvaguarda documental (literária e artística) e de elaboração da memória histórica, que passava pela reorganização dos arquivos e pela constituição de uma rede distrital de correspondentes, conforme o manifesto de 1912, emitido pelo conselho de direcção da mencionada Sociedade. A este projecto, para além dos quatro elementos já referidos, adeririam, entre outros, Anselmo Braamcamp Freire, António Baião, António Sérgio, António Aurélio da Costa Ferreira, António Costa Lobo, Damião Peres, Francisco da Silva Teles (presidente da Sociedade), Fortunato de Almeida, Gustavo Cordeiro Ramos, João Lúcio de Azevedo, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo (relator do projecto e manifesto), Manuel Vieira Natividade, Abade do Baçal, Sampaio Bruno, Joaquim Mendes dos Remédios e Eugénio de Castro. A Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães, foi também uma das instituições indicadas para colaborar com a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, a par de outras,

¹⁷ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 29ª série, nº 4, Lisboa, 1911, p. 121. Para uma síntese de projectos de divulgação histórico-culturais, cf. Luís Reis Torgal, «Sob o signo da “reconstrução nacional”», in *História da História em Portugal (Sécs. XIX-XX)* (Autores: Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 219-239.

como o Instituto de Coimbra ou o Grupo *Studium* da Figueira da Foz.

Apesar de serem divergentes nalguns casos os itinerários políticos e as matrizes espirituais, essas notabilidades apontaram uma área de convergência cívica e cultural que não pode ser ignorada e algumas delas insistiam em demonstrar a capacidade realizadora portuguesa, nos seus sucessos e derrotas, que se tinha manifestado ao longo da história nacional, ao arrepio das leituras pessimistas ou triunfalistas vulgares¹⁸. A justificação epistemológica do novo programa histórico a desenvolver foi dada por Fidelino de Figueiredo, intelectual influenciado pelos ideários historiográficos da *Revue de Synthèse Historique*, de Henri Berr, e da revista *La Critica*, de Benedetto Croce, bem patente na sua obra *O Espírito Histórico*, publicada em 1910 (3ª edição em 1920). No essencial, defendia que a construção crítica dos documentos se entrelaçava com a lógica interpretativa dos factos históricos, assente nos princípios da causalidade e do valor, o que separava a *praxis* do historiador da do cientista da natureza.

Ao longo dos anos 20, a mais importante polarização ideológico-cultural fez-se em torno da revista monárquica integralista *Nação Portuguesa*¹⁹ e da revista republicana socializante *Seara Nova*²⁰, evidenciando um aguerrido

¹⁸ Jorge Borges de Macedo, «I-Histórias de um só Autor», *Da História ao Documento. Do Documento à História* [Catálogo de Exposição], Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995, pp. VII-XLV.

¹⁹ Paulo Archer de Carvalho, *Nação e nacionalismo. Mitemas do integralismo lusitano*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993 (Dissertação de Mestrado, policopiada); Norberto Ferreira da Cunha, «O Tradicionalismo Integralista», *Poiética do Mundo. Homenagem a Joaquim Cerqueira Gonçalves*, Lisboa, Edições Colibri/Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 375-399.

²⁰ António Rafael Amaro, *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939). Memória, Cultura, Poder*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

polemismo dos dois lados – do primeiro, António Sardinha ou Alfredo Pimenta, do segundo, António Sérgio ou Raul Proença –, mas havia a percepção da necessidade de um campo comum na crítica política e na crítica cultural ao vigente demoliberalismo republicano. As revistas *Homens Livres*, «Livres da Finança & dos Partidos», em 1923, ou *Lusitânia*, «revista de estudos portugueses», a partir de 1924, foram alguns desses espaços de encontro e controvérsia.

António Sardinha disso teve consciência e numa carta de Janeiro de 1923 enviada a Raul Proença afirmou: «Como homens de inteligência e de boa vontade, precisamos de dar o exemplo nesta sociedade dividida por ódios ignaros e ignóbeis [...]»²¹. Da mesma forma, Hipólito Raposo escrevia a Proença em Setembro de 1929: «Afinal, os doutrinários de um ou de outro extremo, parecem-se bastante e, quanto menos, na mágoa que se alonga da realidade ao sonho, o que não é pouco [...]»²².

Sendo Portugal, no primeiro quartel do século XX, um Estado-nação perfeitamente consolidado, sem problemas de unidade política, territorial, étnica, linguística ou religiosa, não admira que a pendência ideológica entre os diversos nacionalismos se fizesse ao redor do modelo de organização política do Estado, do relacionamento entre o poder civil e o poder religioso, dos processos de construção da memória histórica ou das formas de representação da identidade nacional. Generalizou-se, porém, uma forte visão política e social organicista, com o primado dos grupos sobre os indivíduos, vinda do positivismo sociológico comteano (Léon Duguit) e do institucionalismo neotomista (Maurice Hauriou), que, apesar de recepções políticas contraditórias, punha em causa nessa época o

²¹ Biblioteca Nacional, Reservados, espólio Raul Proença, carta de António Sardinha a Raul Proença, datada de 24 de Janeiro de 1923.

²² Biblioteca Nacional, Reservados, espólio Raul Proença, carta de Hipólito Raposo a Raul Proença, datada de 3 de Setembro de 1929.

liberalismo, o individualismo, o contratualismo, o Estado arbitral e a livre economia de mercado²³.

3. Variedades políticas do nacionalismo

Numa das suas reflexões sobre filosofia política, Fernando Pessoa afirmava que o nacionalismo e o liberalismo «em nada se opõem, em nada se podem opor, um ao outro», visto que «o primeiro gira em torno do conceito de Nação - não, note-se bem, de Estado; o segundo gira em torno do conceito de indivíduo - não, note-se bem, de cidadão», concluindo que o nacionalismo tanto pode ser liberal ou antiliberal e o liberalismo nacionalista ou antinacionalista²⁴. Parece pertinente esta advertência mas deve referir-se que, em Portugal, a um tempo cada vez mais forte de práticas de nacionalismo liberal e republicano (aproximadamente, entre 1860 e 1918), seguir-se-ia um tempo cada vez mais forte de práticas de nacionalismo antiliberal e antirepublicano (aproximadamente, entre 1918 e 1940), correspondendo à crise do liberalismo e ao alvorecer e consolidação do autoritarismo.

No segundo período, a partir de 1918, a dinâmica dos nacionalismos acelerou-se, manifestando uma variedade de representações ideológico-políticas, críticas tanto do revolucionarismo republicano como do demoliberalismo republicano, umas com maior impacto, outras com menor impacto no debate público, na audiência geracional e na durabilidade das formas organizativas. No primeiro caso, saliente-se o nacionalismo católico (Centro Católico Português), o nacionalismo monárquico integralista (Integralismo Lusitano e Acção Realista Portuguesa) e o nacionalismo sincrético (Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira), sintetizando este

²³ Gomes Canotilho, «partidos políticos» (vol. IX, pp. 30-35) e Marcelo Rebelo de Sousa, «democracia orgânica» (vol. VII, pp. 502-504), in *Dicionário de História de Portugal* (Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Porto, Livraria Figueirinhas, 1999-2000.

²⁴ *Obras Completas de Fernando Pessoa. Da República (1910-1935)*. Introdução e organização de Joel Serrão, recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Paula Morão, Lisboa, Ática, 1979, pp. 363-364.

muito do travejamento doutrinário que será o do Estado Novo. No segundo caso, algo residual, o nacionalismo monárquico miguelista (Partido Legitimista), o nacionalismo republicano presidencialista (Partido Nacional Republicano, no Sidonismo, e grupos neosidonistas como o Partido Nacional Republicano Presidencialista) e o nacionalismo republicano fascista (Centro do Nacionalismo Lusitano). A proposta do Partido Republicano Nacionalista, inserida no sistema político republicano, anunciava uma variante conservadora do nacionalismo liberal, mas no seu manifesto de 1923 justificava-se sumariamente a característica de nacionalista, pelo «alto interesse nacional» e «respeito pelas tradições nacionais».

Vejam os alguns tópicos dos nacionalismos críticos do republicanismo revolucionário e do republicanismo demoliberal que tiveram maior projecção política e ideológica.

3.1. Nacionalismo católico

O programa de laicização do Estado e descristianização da sociedade, bem como a intenção de assegurar a liberdade a todas as igrejas e confissões religiosas, fazia parte do núcleo central da ideologia republicana, cientista e anticlerical, que nos finais da Monarquia Constitucional foi divulgada numa sistemática e eficaz campanha pública de republicanização das consciências, principalmente cidadinas. A Lei da Separação do Estado das Igrejas, de 20 de Abril de 1911, configurou, dentro desse imaginário político, uma peça essencial para a construção do regime republicano, vindo a ter, no entanto, uma interpretação jacobina entre 1911 e 1913 com alguns laivos de anticatolicismo militante em sectores urbanos mais radicais, que remetia a religião exclusivamente para o domínio privado e acautelava vários procedimentos tutelares do Estado.

A resistência católica, eclesiástica e laical, far-se-ia sentir imediatamente, vindo a encíclica *Jandudum in Lusitania* do Papa Pio X a ser um importante estímulo à organização dos católicos portugueses. O nacionalismo católico recompor-se-á em torno dessa dinâmica de defesa e confronto, criando uma rede de associações, grupos informais e periódicos, que exigiria

a sua unificação superior para a eficácia do protesto. O «Apelo de Santarém», de 10 de Julho de 1913, pastoral colectiva dos Bispos aos católicos, indicava a urgência de «unir fileiras, congregar as energias dispersas, em suma, *organizar a acção católica em Portugal*»²⁵.

Iniciou-se então a crescente politização do movimento católico com a criação de algumas comissões diocesanas da União Católica, processo que revestirá novas qualidades com a fundação do Centro Católico Português em 1917 e a sua reestruturação em 1919, dotando a União Católica de um ramo político para a participação eleitoral. Uma sementeira de organismos, uns reformulados, outros criados de novo, ampliaram essa doutrinação e mobilização pública: Centro Académico da Democracia Cristã, de Coimbra, Conferências de S. Vicente de Paulo, Aposlolo da Oração, Juventudes Católicas, União Noelista, Obra de Protecção às Raparigas, Cruzada Eucarística das Crianças, Congregação da Doutrina Cristã ou Corpo Nacional de Scouts.

O discurso católico crítico em relação ao laicismo oficial republicano, que provocara a chamada «questão religiosa», argumentou pela voz dos Bispos contra a prática estadual de autoridade sem sobrenatural e mobilizou os católicos contra o divórcio, pelo ensino religioso em colégios e estabelecimentos particulares, contra a privatização e controlo político das manifestações de culto religioso, pela liberdade de associação ou pelo restabelecimento das relações entre o Estado Português e a Santa Sé. Nunca deixaram de recusar uma concepção pagã da vida privada ou pública e, desse modo, publicitaram e influenciaram o poder político para o reconhecimento da missão divina da Igreja católica, a relatividade das formas sociais, a não subordinação da Igreja ao Estado, a liberdade individual sem

²⁵ Para uma visão geral da resistência católica ao laicismo republicano, cf. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980, e Manuel Clemente, *Igreja e Sociedade Portuguesa do Liberalismo à República*, Lisboa, Grifo-Editores e Livreiros, 2002.

sacrifício à sociedade, a reforma interior da pessoa humana, a elevação da condição humana ou a missionação dos territórios coloniais.

A clara hegemonia do pensamento social da encíclica *Rerum Novarum* e do pensamento político do *ralliement* da encíclica *Au milieu des sollicitudes*, do Papa Leão XIII, junto dos responsáveis da hierarquia e dos leigos católicos, favoreceu decididamente, a partir de 1919, a resolução institucional de algumas das suas reivindicações, num novo quadro moderado de coabitação entre o Estado republicano e a Igreja católica, que se vinha a afirmar desde a entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra em 1916, com a assistência religiosa dada pelos capelães militares aos soldados mobilizados.

O restabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé deu-se em 1918-1919, desempenhando António Egas Moniz um importante papel de mediador. Em 1920, um decreto da autoria de Alfredo Rodrigues Gaspar incentivou a liberdade de escolarização de missões religiosas, dotando-as de novos subsídios estaduais, para o que muito contribuiu a influência de Quirino Avelino de Jesus²⁶; em 1918 é restaurada a diocese de Leiria e em 1922 é criada a de Vila Real, entrando os Bispos, respectivamente, em função nos anos de 1920 e 1923; em 3 de Janeiro de 1923, com autorização de Pio XI, o Presidente da República, António José de Almeida, impôs o barrete cardinalício ao novo Núncio Apostólico, monsenhor Achille Locatelli, seguindo-se discursos de grande cordialidade.

O renascimento cristão aprofundou-se também com novos cultos, como os que decorreram das «aparições de Fátima» em 1917, com forte mobilização popular, e da beatificação de Nuno

²⁶ Ernesto Castro Leal, «Quirino Avelino de Jesus, um católico ‘pragmático’. Notas para o estudo crítico da relação existente entre publicismo e política (1894-1926)», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo VI, Lisboa, 1994, pp. 355-389; Idem, «A problemática da “crise nacional” em Quirino de Jesus: moral, política e administração», *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 189-199.

Álvares Pereira em 1918. A inauguração oficial do Culto Nacional do Santo Condestável deu-se a 23 de Novembro de 1919, por meio de solene pontifical, realizado na Igreja de S. Domingos, em Lisboa. A partir daqui, generalizou-se a todas as dioceses as cerimónias culturais, ciclicamente praticadas no dia 6 de Novembro. A intensificação do culto mariano à Senhora de Fátima, desde 1922, que transportava uma mensagem de salvação pelo milagre, retiraria ao culto condestabrino força mediadora nos apelos messiânicos do povo cristão, exigindo a comunicação vivencial entre esses dois cultos, que acabaria por se realizar a partir de Agosto de 1928.

Uma das grandes polémicas dentro do nacionalismo católico, vinda dos anos 90 do século XIX, quando se discutiu a forma da sua organização política (Centro Católico Parlamentar, Centro Nacional, Partido Nacionalista), foi a que opôs os católicos centristas (católicos do *ralliement*) aos católicos integristas (católicos monárquicos). A ruptura esteve eminente após o II Congresso do Centro Católico Português de 1922 ter aprovado a tese de António de Oliveira Salazar – «Centro Católico Português. Princípios e organização» –, onde se propunha aos militantes do Centro o abandono temporário das suas actividades partidárias, a fim de concentrar esforços na defesa das reivindicações específicas da Igreja católica: era a orientação da religião em primeiro lugar contra a política em primeiro lugar²⁷.

Os católicos centristas (António de Oliveira Salazar, António Lino Neto, João Serras e Silva, Henrique Weiss de Oliveira ou Joaquim Dinis da Fonseca) defendiam uma separação leal entre o Estado e a Igreja católica, enquanto que os católicos integristas (José Fernando de Sousa, Alfredo Pimenta, Domingos Pinto Coelho ou Henrique de Paiva Couceiro) não abdicavam da origem divina do poder e do princípio da união. Os primeiros seguiam as instruções do Episcopado (Carta

²⁷ Adelino Alves, *A Igreja e a Política. Centro Católico Português*, Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1996, pp. 116-214.

Pastoral de Setembro de 1922) para intervir na legalidade política republicana, defendendo ao máximo os interesses da Igreja católica; os segundos não reconheciam legalidade ao poder republicano fundado numa legitimidade revolucionária, considerada antinacional, e propugnavam pela restauração política do trono e do altar, com algum regalismo residual.

Havia, por conseguinte, uma controvérsia decisiva sobre a origem do poder, sua legitimidade e legalidade, o que explica a irredutibilidade dos católicos integristas em relação à prioritária mudança de regime, acusando os católicos centristas de «catolaios» e a tese de Oliveira Salazar de ser um «manual prático de adesivismo provisório». A polémica mobilizará essencialmente Fernando de Sousa contra Oliveira Salazar – reactualizando a polémica dos anos 90 do século XIX entre Fernando de Sousa e Quirino de Jesus –, tendo-se exprimido em vários textos publicados no diário *A Época*, de Junho de 1922 a Fevereiro de 1923, fundamentalmente ao redor da aplicação portuguesa da política do *ralliement*. A 14 de Fevereiro de 1925, o Episcopado português recordou mais uma vez as decisões do Congresso de 1922, declarando que os católicos se deviam unir «num terreno sobranceiro às paixões e lutas políticas, quer de formas de governo, quer de partidos» dentro do Centro Católico Português.

O programa da reconquista cristã da nação, em confronto com o laicismo e o anticlericalismo republicano, que revestiu formas mais moderadas a partir de 1918, dispunha de uma grande área de convergência nacionalista contra o revolucionarismo e pelo lugar estruturante da religião na identidade nacional, mas exprimiu divergências fundamentais sobre a natureza do Estado republicano, a avaliação da política religiosa da República ou os modos de participação católica na sociedade política. Manuel Abúndio da Silva considerou em 1911 que era urgente o campo católico se erguer «altivamente contra todos os jacobinismos, o da esquerda e o da direita, o dos

livres-pensadores carbonários e o dos católicos irreduzíveis, [isto é], o jacobinismo vermelho [...] e o jacobinismo branco [...]»²⁸.

Foi precisamente essa a orientação dos católicos centristas, entre 1922 e 1926, pautada pela moderação, pela tolerância, pelo respeito das instituições, sob o lema de «Deus e Pátria», sem referência à forma de regime, seguindo uma metodologia política gradualista de reivindicação. Nortearam-se, essencialmente, pelo que Oliveira Salazar em 1914 já afirmava: «A alma portuguesa é isto: Deus, Pátria, Família! [...]»²⁹.

3.2. Nacionalismo monárquico integralista

A mais importante proposta cultural, ideológica e política, de matriz contra-revolucionária, antiliberal e neotradicionalista monárquica, constituiu-se em 1914 no movimento político do Integralismo Lusitano, que foi animado principalmente por António Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Alberto Monsaraz, Francisco Rolão Preto e José Pequito Rebelo, dispondo da «revista de filosofia política» *Nação Portuguesa*, depois subintitulada «revista de cultura nacionalista», e do diário *A Monarquia*.

A orientação essencial estabelecia a propaganda da Monarquia orgânica tradicionalista antiparlamentar, com uma tendência concentradora (nacionalismo e poder pessoal do rei) e uma tendência descentralizadora (por exemplo, municipalismo e corporativismo). Este sistema filosófico-político destinava-se a restaurar a nação pela autoridade do rei e pela intervenção dos corpos administrativos e dos corpos profissionais, daí a formulação de base do Integralismo Lusitano ser nacionalista por princípio, sindicalista e corporativista por meio e monárquica por conclusão.

²⁸ M. [Manuel] Abúndio da Silva, «Dois jacobinismos», *Correio do Norte*, Porto, ano I, nº 164, 11 de Janeiro de 1911, p. 1.

²⁹ António de Oliveira Salazar, «A Democracia e a Igreja» [22 de Abril de 1914], in *Inéditos e Dispersos*, vol. I, *Escritos político-sociais e doutrinários (1908-1928)*. Organização e prefácio de Manuel Braga da Cruz, Venda Nova, Bertrand Editora, 1997, p. 230.

A geração política integralista questionará o demoliberalismo republicano e as suas manifestações institucionais de crise de autoridade do Estado, de conflitualidade religiosa e social ou de racionalismo cultural e positivismo científico, propondo uma reinvenção dos modelos monárquicos medievais, a partir dos valores da raça, da terra e da tradição, dotados de um estatuto messiânico para a sonhada restauração monárquica: lê-se na *Cartilha Monárquica* que a «consciência da continuidade histórica e moral desperta sentimentos de veneração quase religiosa pelos homens e factos do passado. Ler a História é amar a Tradição que é a memória da Pátria [...]»³⁰.

Este romantismo político e cultural era devedor de um gosto nostálgico do passado, em particular reconhecendo-se numa representação idealizada e mitificada da Idade Média dos forais («monarquia contratual»), dos concelhos («predileção localista») e das cortes gerais (representação dos corpos sociais), para a qual, em Portugal, Alexandre Herculano muito contribuiu. Porém, essa leitura esteve disponível, com algumas diferenças, em Chateaubriand, Barrès, De Bonald ou De Maistre, donde os integralistas receberam várias influências.

A campanha pública integralista promovia uma forte contestação do regime republicano, apresentando três aspirações essenciais: a restauração do regime político monárquico; a restauração do regime administrativo municipalista; e a restauração do regime jurídico de união entre a Igreja católica e o novo Estado monárquico. Se é certa a filiação genealógica no discurso contra-revolucionário português do século XIX – José Agostinho de Macedo, José da Gama e Castro ou José Acúrcio das Neves –, não se deve ignorar, entre outros, a importante projecção ideológica de Charles Maurras, com o livro *Enquête sur la Monarchie*, ou Léon Daudet, com o livro *Le Stupide XIXe. siècle*, e a actividade da maurrasiana *Action Française*.

³⁰ *Cartilha Monárquica*, Lisboa, Editor: Alberto Monsaraz, 1916, p. 44.

A definição programática do grupo, tendo em vista o grande público, encontra-se, na primeira fase, divulgada no manifesto «O que nós queremos», de 1914, e na *Cartilha Monárquica*, de 1916, havendo um aprofundamento sistemático da doutrina no livro de António Sardinha, *O Valor da Raça*, saído em 1915, no volume colectivo, que reuniu as conferências da Liga Naval, *A Questão Ibérica*, publicado em 1916, e também no opúsculo desse ano de Luís de Almeida Braga, *O Culto da Tradição*.

Quanto aos referentes da identidade nacional, Sardinha atribuía um lugar importante ao mito de Ourique como mito messiânico fundador e portador de um ideal de missão: «O ‘milagre’ de Ourique valeu [...] para as veladas dolorosas do cativo, como a alta certeza de que não se perderia a causa que tinha o Senhor por padrinho. Prepararam-se os fundamentos afectivos da alma nacional, unindo-nos numa preferência mística [...]»³¹. Por sua vez, considerou, ao nível da construção historiográfica, ser necessário recusar a generalização em história, propondo um itinerário crítico para a análise das sociedades humanas ou das formas de cultura, que por vezes não praticou, entendendo ser esse conhecimento um alicerce imprescindível de um pensamento político, ao que juntava uma orientação tomista, a argumentação dos conimbricenses e as posições de Jacques Maritain³².

Esta posição geral de António Sardinha remete para um predomínio da «experiência histórica» em relação ao predomínio da «dedução política», como viu Hipólito Raposo³³,

³¹ António Maria de Sousa Sardinha, *O Valor da Raça. Introdução a uma campanha nacional*. Dissertação para concurso à Faculdade de Letras de Lisboa, no grupo de ciências históricas, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa, Editores, 1915, p. 121.

³² Jorge Borges de Macedo, «Para uma avaliação crítica do magistério de António Sardinha», *A Cidade*, nova série, nº 2, Portalegre, 1988, pp. 141-151.

³³ Hipólito Raposo, *Dois Nacionalismos. L’ Action Française e o Integralismo Lusitano*, Lisboa, Livraria Ferin, 1929, p. 97.

o que na história das ideias contra-revolucionárias europeias pode enunciar um tópico de diferenciação, por exemplo, com o discurso político (nacionalismo revolucionário) e religioso (positivismo agnóstico) de Maurras, e, em relação a Portugal, justificar a «dissidência» integralista sindicalista de Rolão Preto em 1922-1923, influenciada pelo pensamento de Georges Valois e Georges Sorel – nos anos 30 dará origem ao Nacional-Sindicalismo.

O nacionalismo do Integralismo Lusitano foi fundamentalmente uma ideologia do enraizamento, no sangue e no solo, a que juntava uma reinvenção da tradição nacional monárquica do altar e do trono: «A grandeza de Portugal é a História de Portugal tal como ela é, iluminando-se à luz de dois fachos ardentes: o catolicismo e a monarquia [...]»³⁴. Este programa para uma «segunda fundação de Portugal»³⁵ tinha como estratégia política a criação de um «Estado novo na pátria velha!»³⁶, conformando a sociedade à sua «constituição essencial», que se firmava, seguindo o sociólogo Pierre Le Play – autor com grande influência junto das doutrinas nacionalistas portuguesas –, nas relações do sangue (família), da sociabilidade (comunidades) e dos interesses (profissão).

Com a suspensão da actividade da Junta Central do Integralismo Lusitano, na sequência do Pacto Dinástico de Paris, de 17 de Abril de 1922, pelo qual os monárquicos constitucionistas e os monárquicos legitimistas reconheciam D. Manuel II, Rei de Portugal, esse segmento ideológico-político de nacionalismo monárquico deixou de prosseguir a estruturação de um rede orgânica nacional e regressou ao doutrinário na *Nação Portuguesa*. Exceptuou-se na altura a sua componente sindicalista, reunida em torno de Rolão Preto,

³⁴ Luís de Almeida Braga, *O Culto da Tradição*, Coimbra, F. França Amado Editor, 1916, p. 79.

³⁵ António Sardinha, *Ao Princípio era o Verbo. Ensaios & Estudos*, Lisboa, Portugália Editora, 1924, p. XVII.

³⁶ António Sardinha, *A Aliança Peninsular. Antecedentes & Possibilidades*, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1924, p. 371.

que tentará criar durante apenas um ano um típico movimento fascista (com a paradoxal matriz monárquica) – dispondo para tal do jornal *A Revolução*, para o que estabeleceu relações próximas com o Centro do Nacionalismo Lusitano, de base republicana e cesarista, muito influenciado pelo Fascismo italiano e liderado por João de Castro Osório, António de Cértima e Raul de Carvalho.

O Pacto Dinástico de Paris viria a ser denunciado em Novembro de 1925, o que permitiu o ressurgimento do Integralismo Lusitano, a partir de Março de 1926, sem provocar no momento um aparato orgânico significativo ou uma mobilização pública regional. Desse modo, o Integralismo Lusitano manteve-se essencialmente um movimento doutrinator até ao ressurgimento do seu activismo político, em 1929-1931, particularmente devido a uma nova geração académica que activou vários núcleos e juntas escolares em Lisboa, Porto e Coimbra, dispondo para tal da revista quinzenal *Política*.

Deve localizar-se no segmento integralista que sempre reconheceu D. Manuel II, como representante da Casa Real Portuguesa, a grande tentativa de agitação, reformulação e organização nacionais desse território político-ideológico durante os anos de 1924-1926, acrescentando mais um pólo no espaço político antiparlamentarista em desenvolvimento. A dinâmica política monárquica reapareceu com forte audiência em todo o espaço nacional, desde os inícios de 1924, em torno da proposta integralista manuelista da Acção Realista Portuguesa, activada essencialmente por Alfredo Pimenta.

O exemplo da *Action Française* projectou-se de forma absorvente neste mobilizador e revolucionário nacionalismo monárquico – o que não tinha acontecido com tanta radicalidade no Integralismo Lusitano –, sendo defendido claramente o primado do político, o sindicalismo profissional e a organização milicial (Corpo de Voluntários da Acção Realista Portuguesa, à semelhança dos maurrasianos *Camelots du Roi*), na luta pela imposição da consigna ideológica integralista.

A evocação da experiência da *Action Française*, com vista a justificar a sua necessária projecção nos costumes políticos dos monárquicos portugueses, obteve grande significado no decurso de uma conferência do antigo ministro da Monarquia Constitucional, António Cabral (membro da comissão executiva da Acção Realista Portuguesa), feita em sessão promovida pela junta municipal de Lisboa, no dia 18 de Dezembro de 1925. Referindo-se aos seus correligionários, apontou o combate à passividade e «afirmou que é pela política à maneira da *Action Française* que se conseguirá chegar à restauração, e perguntou porque é que vamos buscar tantos maus exemplos à França e não os bons [...]»³⁷. Alfredo Pimenta já em 1923 revelara a mesma simpatia pelo movimento e pelas doutrinas da *Action Française*³⁸.

O procedimento de objecção crítica dos integralistas manuelistas ao monarquismo liberal dominante na Causa Monárquica culminou na mensagem de 8 de Dezembro de 1923, dirigida a Aires de Ornelas, que tinha começado por ser uma carta de Alfredo Pimenta ao Lugar-Tenente, mas que acabou por se transformar numa mensagem subscrita por cinco centenas monárquicos: aqui se situa a origem imediata do grupo político da Acção Realista Portuguesa. A ideia básica da mensagem era protestar contra a tendência dominante para o monarquismo constitucional liberal que o diário officioso da Causa Monárquica, *Correio da Manhã*, vinha exprimindo, esquecendo que a Causa «é constituída por diversas correntes doutrinárias, umas, ligadas aos princípios do liberalismo democrático, outras, inspiradas nas modernas formas antiparlamentares e sindicalistas ou profissionais»³⁹.

Os signatários, monárquicos antiliberais, começaram por exigir a expressão das suas ideias no referido periódico, para, a

³⁷ *Acção Realista*, Lisboa, ano I, nº 14, 1 de Janeiro de 1925, p.19.

³⁸ Alfredo Pimenta, «O meu protesto», *Correio da Manhã*, Lisboa, ano III, nº 846, 10 de Setembro de 1923, p. 1.

³⁹ *Da Mensagem de 8 de Dezembro à Acção Realista Portuguesa*, s.l., Publicação da Acção Realista Portuguesa, s.d. [1924].

16 de Janeiro de 1924, num outro documento entregue ao Lugar-Tenente do Rei exilado, avançarem a reclamação de «constituírem uma força política» dele directamente subordinada. A 17 de Janeiro, Aires de Ornelas, em resposta à exigência, confirmaria a autorização da organização e propaganda das ideias dos signatários dentro da Causa. Esta circunstância propiciou a realização, no dia seguinte, de uma assembleia de subscritores da mensagem, onde será eleita a comissão organizadora, depois transformada em comissão executiva da Acção Realista Portuguesa: Alfredo Pimenta, António Cabral, Caetano Beirão, 2º Conde de Sucena (José Rodrigues de Sucena), Ernesto Gonçalves, Francisco Xavier Quintela, José Pedro Folque, D. Rui Zarco da Câmara e Visconde do Torrão; os quatro últimos eram antigos combatente monárquicos.

A Acção Realista Portuguesa extinguir-se-ia entre finais de 1926 e princípios de 1927, dentro de um processo falhado de reorganização dos vários segmentos monárquicos integralistas, que passaria pelo desejo episódico de uma Liga de Acção Integralista, animada por António Rodrigues Cavalheiro.

3.3. Nacionalismo sincrético

O mais significativo grupo político, onde se operou uma síntese ideológica e uma convergência de notabilidades de diversas áreas do nacionalismo português, foi a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira. Esta liga patriótica de elites e notabilidades regionais fundou-se em Junho de 1918 e extinguiu-se em Outubro de 1938, período durante o qual se definem duas fases principais da sua dinâmica (1918-1926 e 1926-1938).

A história essencial da Cruzada revela-nos que, em 1918-1923, propugnou um recentramento conservador da República demoliberal, daí as fortes polémicas com os monárquicos constitucionalistas e integralistas em 1918 e com os republicanos seareiros em 1921; em 1924-1926, enraizou-se no campo dos agentes políticos, económicos e ideológicos promotores do derrube institucional da I República; em 1927-

1938, inseriu-se no campo do autoritarismo conservador institucional, apesar de ter formulado algumas advertências críticas ao rumo da Ditadura⁴⁰.

Na produção ideológica da Cruzada ocorreu quase sempre um discurso conservador, sem ser tradicionalista, e organicista, sem ser totalitário, propiciando a confluência, pelo menos até 1924, de notabilidades de diversas posições ideológicas e morais, e, exceptuando a prática nacionalista de cariz revolucionário (com enunciados fascistas) nos primeiros seis meses de 1926, tais características continuaram até 1938.

Os tópicos fundamentais dessa abrangência nacionalista enunciam-se nos artigos 2º e 6º dos Estatutos de Julho de 1920: amor pela terra da Pátria; culto dos seus heróis; família tradicional; unidade moral da Nação para a concórdia entre os Portugueses; disciplina social; organização profissional em sindicatos mistos; manutenção da ordem pública; ressurgimento nacional.

A necessidade nacionalista da Cruzada advinha, na opinião dos subscritores do seu primeiro manifesto de Outubro de 1918, tutelados pelo republicano conservador Anselmo Braamcamp Freire, da circunstância de uma intensa divisão do povo português «em facções de regimes e partidos» estar a contribuir para perda da unidade e vitalidade nacional, o que exigia a participação activa de «reconhecidas competências» numa obra «de educação e de redenção» patriótica, através do livro, do artigo jornalístico ou da conferência pública.

Este pedagogismo cívico-cultural rapidamente acoplou a inevitável dimensão política, desenvolvida após a recepção traumática do assassinato de Sidónio Pais, que foi expressa no manifesto «À Nação» de Dezembro de 1918 por meio de expressões como esta: «[...] gravíssimos acontecimentos [...] acabam de ter o seu sinistro epílogo na cidade de mármore e

⁴⁰ Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos...*, maxime, pp. 93-397, 437-512.

granito, capital de uma nação tão pequena em território quão extraordinariamente grande na sua história [...]».

Em meados de 1920, o monárquico Alberto Pinheiro Torres – incumbido pela direcção geral de organizar a Cruzada no Porto – escreveu ao republicano conservador Antero de Figueiredo para o convidar a aderir ao grupo e afirmou peremptoriamente: «A ideia nacionalista está em marcha [...]»⁴¹. O que a frase exprimia era o desejo de fazer confluír na Cruzada notabilidades nacionalistas de diversos segmentos ideológicos e morais. Aliás, a direcção provincial do Douro, constituída em 1921, era a este propósito bastante elucidativa: entre os seus elementos estavam «representantes» do nacionalismo católico monárquico (Alberto Pinheiro Torres), do nacionalismo católico centrista (Francisco Gomes Teixeira e António Guimarães Dias) e do nacionalismo republicano (José Nunes da Ponte, agnóstico; Antero de Figueiredo, católico; António Teixeira Lopes, maçónico).

No manifesto de Março de 1921, escrito pelo republicano conservador Henrique Trindade Coelho, já encontramos a articulação do discurso sobre a Nação, quer no seu fundamento objectivo (território ou história), quer no seu fundamento subjectivo (consciência nacional), com reflexões sobre o Estado (organização política da Nação), por meio da questão nodal na época da falta de autoridade, manifestada de forma absorvente no problema da ordem pública (clima de guerra civil latente), na excessiva supremacia parlamentar (partidocracia) e na desarticulação funcional dos poderes legislativo, executivo e judicial (instabilidade institucional).

Por sua vez, Anselmo Bramcamp Freire, no seu manifesto temático «Política Nacional», também de Março desse ano, aprofundava essa perspectiva, explicitando até uma orientação política para o Governo: «É profunda convicção da Cruzada que

⁴¹ Biblioteca Pública Municipal do Porto, Reservados, espólio de Antero de Figueiredo, manuscrito 271-(7), bilhete postal de Alberto Pinheiro Torres para Antero de Figueiredo, datado de 11 de Maio de 1920.

aos governos do País, para sua salvação, se impõe *caminhar resolutamente para a direita*. O exemplo vem-nos da França, onde homens eminentes do partido socialista, com influência directa e decisiva no governo daquela nação, para esse lado, sem hesitações, encaminharam a grande República Latina [...]».

Dentro do ambiente revolucionário dos anos 20, dificilmente a Cruzada se ancoraria na exclusividade de um nacionalismo de doutrinação moral e cultural, prescindindo dos procedimentos reactivos do nacionalismo de acção política. A mudança não tardaria: primeiro, em 1922-1923, com a candidatura de um sector da sua elite aos muito propalados «ministérios de competências»; depois, em 1925-1926, perfilando em torno de Manuel Gomes da Costa, Filomeno da Câmara e Martinho Nobre de Melo uma proposta autoritária antiliberal de estruturação do poder; por fim, em 1936, erguendo uma dinâmica milicial em torno da Vanguarda Nacional, que será absorvida pela Legião Portuguesa.

Os documentos programáticos de 1918 e 1920 ocultavam ou insinuavam de forma hábil o lugar da religião para a construção da propalada «unidade moral da nação»: no manifesto de Outubro de 1918 registava-se que a Cruzada acolhia portugueses «verdadeiros, sinceros e patriotas», sem «distinção de cores políticas ou credos religiosos»; nos estatutos de Julho de 1920 escrevia-se que, para «nível de educação moral», era apresentado o modelo do «Santo Condestável na plenitude das suas Virtudes». Contudo, nos anos seguintes, o factor religioso será intensificado na sua produção doutrinal.

Assim, no manifesto de Março de 1921 surgia duplamente justificada a heroicidade de Nuno Álvares – o grande símbolo unificador dos nacionalismos dos anos 20 –, «em nome de Deus e em nome dos homens»; no manifesto «Bases Inspiradoras» de Fevereiro de 1921, escrito pelo monárquico constitucionalista José Lobo de Ávila Lima, estava já diagnosticada a nação como um «mísero corpo sem qualquer assomo de espiritualidade»; no documento «Orientações» de Abril de 1926, escrito pelo republicano sidonista Martinho Nobre de Melo, figurava

claramente a defesa da «liberdade e privilégios da Religião católica, em regime concordatário».

A explicitação da atitude a tomar pela Cruzada perante o problema religioso foi-se definindo no sentido da incorporação das reivindicações do Centro Católico Português, estabelecidas no seu programa mínimo de Agosto de 1917 – restabelecimento das relações do Estado Português com a Santa Sé, liberdade de ensino religioso nas escolas particulares, liberdade de associação e liberdade de culto – e que eram salvaguardadas pela presença do senador católico cónego José Dias de Andrade nas direcções gerais; do mesmo modo, se acrescentaram as ideias-base contidas no programa do Partido Centrista Republicano de Outubro de 1917, elaboradas por Egas Moniz (também membro das direcções gerais) – supremacia do poder civil, garantia da liberdade de cultos, celebração de uma concordata da separação com o Vaticano.

Outro tema doutrinário divulgado foi o corporativismo e na Cruzada confluíram notabilidades de tradições corporativas diversas, desde a liberal republicana (corporativismo parcial – municípios e profissões) e a católica social (corporativismo de associação) até à monárquica tradicionalista (corporativismo integral) ou à corporativa sidonista (corporativismo parcial – províncias e profissões), exprimindo faces do poliedro corporativista. O mínimo denominador comum entre elas indicava a necessidade de se promover a expressão institucional dos interesses sociais e por vezes também municipais num órgão de soberania.

O documento «Princípios de estrutura do Estado», de Novembro de 1918, sistematizava os tópicos orientadores: Chefe de Estado e Ministros assistidos por conselhos técnicos consultivos de especialistas; constituição de um Congresso Nacional (Parlamento) por meio de representantes dos diversos interesses sociais e dos municípios; descentralização administrativa, com base em províncias, concelhos e freguesias, sem referência a distritos; independência do poder judicial; organização profissional. A clarificação do enunciado sobre as

corporações profissionais far-se-á a partir de 1925, num contexto de tutela ideológica da Cruzada por parte de Martinho Nobre de Melo – politicamente era uma espécie de «integralista republicano», logo um presidencialista, corporativista e municipalista.

Ao longo de uma série de artigos publicados em *O Século*, entre Julho de 1925 e Fevereiro de 1926, o então presidente da comissão de acção e propaganda da Cruzada discorreu sobre «os progressos da ideia profissionalista», começando por recordar as posições defendidas por Joaquim Pedro de Oliveira Martins no estudo «As Eleições» de 1878, por José Ferreira Marnoco e Sousa nos comentários críticos à Constituição de 1911 e por si próprio aquando da elaboração do decreto nº 3997, de 30 de Março de 1918, que reformulou a composição do Senado com a introdução de representantes das províncias e das categorias profissionais (agricultura, indústria, comércio, serviços públicos, profissões liberais, artes e ciências).

Martinho Nobre de Melo inseria-se no que qualificou de «contra-revolução social, moral e política», exautorando fortemente a mundividência liberal e defendendo a solução de uma «ordem nova» promotora de um «Estado Nacional», autoritário e corporativo (com um sindicalismo orgânico não-obrigatório). Em Maio-Julho de 1926, divulgará uma proposta de desenvolvimento económico muito influenciada pelas realizações coetâneas do Fascismo italiano, sugerindo o lançamento simultâneo das campanhas do trigo, do algodão, do carvão e da força hidráulica, suportadas pelo capital oriundo de um empréstimo externo, que seria caucionado pelos rendimentos financeiros dos Tabacos.

Se é certo que a ideia corporativa foi principalmente propagandeada por católicos sociais, monárquicos integralistas e republicanos presidencialistas, não se pode esquecer também a sua crescente recepção no campo republicano conservador e no campo republicano radical. Desse modo, encontramos em vários programas partidários republicanos a necessidade da modificação corporativa do Senado: em 1913, no Partido

Republicano Evolucionista – Senado com representação dos agrupamentos e interesses nacionais; em 1923, no Partido Republicano Nacionalista – Senado com representação de classes; também no mesmo ano, no Partido Republicano Radical – Senado transformado em Câmara de Economia Nacional com representação de interesses regionais e profissionais; em 1926, na União Liberal Republicana – Senado com representação de classes.

Um último tema, em torno do qual também se reconheciam as diversas áreas nacionalistas, era o da falta de autoridade do Estado, vindo a desenvolver-se no pós-Sidonismo o autoritarismo político como argumento central dos discursos críticos do demoliberalismo republicano. Ganhou progressiva audiência a culpabilização do regime parlamentar vigente, baseado no predomínio do elemento de sufrágio electivo (supremacia do poder legislativo), o que conduziu à formulação de várias propostas de reforço do Estado: na área republicana, a mais importante foi a presidencialista, compatibilizando o elemento de sufrágio electivo com o elemento de representação corporativa (harmonização dos poderes, com competência de dissolução do Parlamento pelo Presidente da República); na área monárquica, a integralista, alicerçada no elemento de poder hierárquico orgânico (supremacia do poder executivo).

A doutrinação moral, religiosa e política da Cruzada foi quase sempre marcada por teorias de ordem conservadoras, renitentes aos fulgores místicos, à agitação sistemática e aos apelos multitudinários, em grande parte explicado pelas funções institucionais desempenhadas por vários protagonistas da sua elite dirigente. No referido manifesto de 1921, encontramos assinalada a necessidade de o Estado republicano impor a ordem pública – «Sem ordem, o Estado não pode viver» – para levar a cabo uma obra de ressurgimento nacional, e lia-se o mundo em dois campos distintos e antagónicos: de um lado, a ordem e a tradição; do outro, a anarquia e a revolução. Esta visão manteve-se até aos finais de 1925, apesar de alguns cruzados, desde cedo, não acreditarem na capacidade regeneradora da República.

Veja-se a opinião de Henrique Trindade Coelho, transmitida pessoalmente a Antero de Figueiredo em 1921: «A República não pode resolver o problema da ordem. A República não admite, em Portugal, política conservadora. *Ao mais leve esboço*, saem as feras das cavernas e descem ao povoado. Veja o Sidónio. Veja agora o pobre Granjo [...]»⁴².

Com a liderança de Martinho Nobre de Melo e de Filomeno da Câmara em 1925-1926 e o apoio dos sectores da direita revolucionária, a Cruzada adoptou um discurso de desordem (contra o Estado republicano), bem plasmado no Manifesto de Janeiro de 1926, escrito por Nobre de Melo, onde se pode ler: «[...] urge, antes de tudo, preparar o terreno de que há-de abrolhar a Ordem Nova, que a dinâmica nacionalista e sindical dos processos vitais do ressurgimento está acordando e suscitando em toda a Europa latina». No documento «Orientações» de Abril de 1926 reivindicava-se já uma modelo presidencialista, autoritário e antiliberal de estruturação do Poder, muito inspirado na ditadura fascista italiana: Chefe de Estado, «realmente *chefe* e não uma simples chancela às ordens dos partidos»; Governo de livre escolha do Chefe de Estado, assistido por conselhos técnicos consultivos; representação nacional corporativa; intervencionismo económico indirecto; sindicalismo orgânico.

4. O efeito político e simbólico dos nacionalismos

O professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, João Tello de Magalhães Colaço, ao reflectir sobre as «ilusões» da vida pública portuguesa a partir de 1910, formalizou, em 1925, uma análise essencial sobre as atitudes dominantes nas principais áreas políticas em confronto: considerou que, em face da «ilusão sobre os poderes das leis» dos republicanos demoliberais, os vários sectores críticos tinham passado da «ilusão sobre os governos técnicos» (1921-1924)

⁴² Biblioteca Pública Municipal do Porto, Reservados, espólio de Antero de Figueiredo, manuscrito 1085-(6), carta de Henrique Trindade Coelho para Antero de Figueiredo, datado de 30 de Outubro de 1920.

para a «ilusão sobre as ditaduras» (1925-1926), quando o fundamental seria, antes de tudo, fomentar a mentalidade e a capacidade administrativa de «direcção suprema do Estado», aspecto de doutrinação prática que Magalhães Colaço considerava ser anterior ao da opção pelo melhor sistema de governo⁴³.

Finda a Primeira Grande Guerra as potências europeias perderam a favor dos Estados Unidos da América a hegemonia mundial e este declínio europeu traduzir-se-á em graves tensões no interior dos seus Estados-nações. Uma ideia de ressurgimento nacional amadureceu, ligada essencialmente a movimentos políticos nacionalistas que defendiam o autoritarismo, revendo o modelo político e a visão social do liberalismo oitocentista. Em Portugal e na Espanha, seguindo com as especificidades nacionais o exemplo ditatorial italiano de Benito Mussolini, a resposta consubstanciou-se num autoritarismo de Estado, mais administrativo e pragmático do que mobilizador das energias pulsionais.

No campo da propaganda em Portugal dos autoritarismos europeus emergentes, destacou-se António Ferro, seduzido pelo modernismo e pelo futurismo, que, como repórter de *O Século* e depois do *Diário de Notícias*, publicou um vasto acervo de reportagens e entrevistas, feitas em Itália, em Espanha, na Turquia, reunidas no livro *Viagem à volta das Ditaduras*, saído em 1927, com prefácio de Filomeno da Câmara e dedicado sintomaticamente «À Saudade e à Esperança do Encoberto»⁴⁴.

A crise do liberalismo no centro e sul da Europa e o triunfo da revolução russa alimentarão a forte deriva do autoritarismo entre as duas Grandes Guerras, acompanhando Portugal essa vaga, sendo de assinalar as grandes feridas alastradas pela sua participação na Guerra de 1914-1918:

⁴³ João Maria Tello de Magalhães Colaço, *Da Vida Pública Portuguesa*, vol. I, *Algumas Ilusões – Alguns Votos*, vol. II, *Conservadores e Radicais*, Lisboa, Edição do Autor, 1925-1926.

⁴⁴ Ernesto Castro Leal, António Ferro. Espaço político e imaginário social (1918-32), Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

permanente instabilidade política, insistentes conflitos sociais, crise dos abastecimentos, grave depressão económica, elevado défices orçamentais. A «República-regime» afundar-se-ia, apesar de alguma retoma em 1924 e 1925, no mar agitado das suas contradições, incapaz de renovar a confiança nos Portugueses e de definir uma nova linha de rumo para a nação, revelando a agonia do Estado liberal republicano como característica fundamental uma crise de legitimidade.

As regras do jogo político republicano obtinham cada vez menos consenso social, o que conduziu a práticas políticas de ditadura oligárquica por parte do partido dominante, o Partido Republicano Português (vulgarmente conhecido como «Partido Democrático»)⁴⁵, à criação de um ambiente de «psicose revolucionária» que adquiriu na noite de 19 de Outubro de 1921 um «delírio trágico»⁴⁶, e a cada vez mais frequentes movimentos militares revolucionários⁴⁷. O rompimento do consenso dá-se quando uma significativa área da população adere a sistemas de valores opostos ao sistema de valores oficialmente estabelecidos, o que anuncia o confronto entre diversas ideologias de legitimação⁴⁸.

Na verdade, é nessas situações que se prepara o terreno do amadurecimento de soluções autoritárias, quer seja para a manutenção do poder político, quer seja para uma mudança política. O que conduziu, realmente, a esse processo de crise? A crise financeira, como dado estrutural da nossa condição, ocupa

⁴⁵ Hermínio Martins, «O colapso da I República» [1970], in *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1998, pp. 69-98; Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

⁴⁶ Artur Ribeiro Lopes, *Histoire de la République portugaise*, Paris, Les Oeuvres Françaises, 1939, p. 211.

⁴⁷ João B. Serra e Luís Salgado de Matos, «Intervenções militares na vida política», *Análise Social*, terceira série, vol. XVIII, nº 72-73-74, Lisboa, 1982, pp. 1165-1195.

⁴⁸ Maurice Duverger, *Institutions politiques et droit constitutionnel*, 15ª ed., vol. I, Paris, Presses Universitaires de France, 1978, p. 426.

um lugar de destaque; mas há que conjugá-la com a desordem pública, a rejeição generalizada de alguns vultos cimeiros da política portuguesa, a agonia das colónias africanas, tudo contribuindo para o bloqueamento dos mecanismos institucionais da vida política.

A temática essencial desses nacionalismos indica a necessidade de construção de um novo sistema ideológico de justificação, operando uma mudança de legitimidades e de identidades. Contudo, este processo não é linear e na frágil sociedade portuguesa está envolvido de vários «compromissos» político-sociais e ideológico-culturais, desenhando-se uma vontade de transição política sem sobressaltos radicais que desestruturassem fortemente as hierarquias dos corpos sociais existentes. Daí os apelos subversivos ao Exército, a tradicional «força material de protecção», e à mobilização político-espiritual da Igreja católica, secundarizando-se a criação de um partido como agente político mobilizador de um movimento de massas para a tomada do Poder.

Na Força Armada convergiria, de facto, o amplo movimento de opinião pública nacionalista que, no imediato, exigiu uma ditadura militar transitória e a resolução dos problemas financeiros, condições prévias do delineamento de uma nova proposta de reformulação do Estado e de um novo projecto de desenvolvimento económico. Já em 1919, o republicano conservador portuense Basílio Teles, numa reflexão sobre a função política da instituição militar, em momentos de crise, tinha advertido ser «preferível obedecer a homens para quem a pátria, a lei e a ordem não são, *não devem* ser apenas palavras vãs» [referência aos militares], do que «a profissionais da ignorância e da retórica, insusceptíveis de raciocinar jamais com acerto» [referência aos políticos vulgares]⁴⁹.

⁴⁹ Basílio Teles, «O Exército e a Política», *O Jornal*, Lisboa, ano I, nº 9, 9 de Agosto de 1919, p. 1. Cf. Manuel Villaverde Cabral, «Basílio Teles: o nacionalismo republicano, do decadentismo ao autoritarismo», *Prelo*, nº 15, Lisboa, 1987, pp. 19-33, e Maria do Rosário Sanches Marreiros Machado Pinto, *O pensamento político, social e económico de Basílio*

O historiador francês Raoul Girardet, evocando o impacto da crise institucional na profundidade dos indivíduos e dos grupos, refere que, na passagem dum estado de certeza para um estado de dúvida e de angústia, toda a crise de legitimação latente manifesta-se com evidência. Estas crises de legitimidade articulam-se, por sua vez, com crises culturais, sociais e políticas, donde emergem discursos de ressurgimento nacional, que podem ser organizados em quatro conjuntos político-mitológicos: a conspiração, o salvador, a idade de ouro e a unidade⁵⁰.

Nos anos 20 portugueses, o «apelo ao salvador» foi a constelação mitológica predominante no pensamento nacionalista e os tópicos discursivos insistentes sobre a decadência do presente, a restauração da ordem e das hierarquias, a chefia militar, a autoridade moral ou o passado histórico de glória apontavam para a produção das imagens de luz, de verticalidade e de combate associadas ao tema do herói salvador.

O recurso ao modelo de heroísmo e santidade de D. Nuno Álvares Pereira, que foi sujeito embora a várias leituras, ajudou a fundamentar a liturgia política ao chefe redentorista. A par do culto religioso ao santo (6 de Novembro, dia do Beato Nuno de Santa Maria), impôs-se um culto patriótico ao condestável (14 de Agosto, «Festa da Pátria», dia da batalha de Aljubarrota), declarado feriado oficial da República entre 1920 e 1928, mas não confirmado em 1929. A aprovação oficial em 1925 do feriado de 10 de Junho («Festa de Portugal», associada a Camões) retiraria viabilidade ao feriado de 14 de Agosto, o que não impediu anualmente a continuação das festas civis e religiosas.

Por outro lado, as celebrações oficiais da «Festa da Pátria», entre 1920 e 1926, contribuíram para uma articulação

Teles, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2002 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

⁵⁰ Raoul Girardet, *Mythes et mythologies politiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1986.

institucional entre a Presidência da República, o Governo, a Igreja católica, as Forças Armadas e o Município de Lisboa, durante um período da vida portuguesa que foi fortemente marcado pelo confronto ideológico, pelo conflito político e pela sedição militar, permitindo o enraizamento em áreas da elite nacionalista, que serão importantes segmentos da elite do Estado Novo, de uma imagem do Poder (partilhado e negociado) como «Estado de Ordens»⁵¹.

O mundo político nacionalista luso nessa época divulgou uma imagem de «Portugal-império» e viveu em situação messiânica, moldada pela criatividade ideológica, pela concorrência de chefias, pela construção de poderes simbólicos, pela pouca fixação das ideias, pela emotividade e paixão ou pela vertigem do movimento e da agitação, onde as vanguardas culturais seduzidas pelo modernismo e futurismo também se exibiram com revistas, panfletos, conferências ou comícios. Fervilharam propostas, realinharam-se pessoas, estabeleceram-se novas sociabilidades e experimentaram-se agrupamentos, numa grande polifonia política, cujos sons fizeram estremecer a frágil República parlamentarista.

Contudo, no período da vida política portuguesa, cronologicamente mediado pelas revoluções de 5 de Outubro de 1910 e de 28 de Maio de 1926, foi-se construindo um paradigma nacionalista conservador e autoritário, caracterizado pelo sincretismo de elites nacionalistas e pelo hibridismo de ideias nacionalistas, donde resultaria a consensualização da mentalidade pragmática face ao utopismo ideológico e a hegemonização da ideia política autoritária perante a ideia política totalitária⁵².

⁵¹ Para esta definição politológica, cf. Luís Salgado de Matos, *O conceito de «Estado de Ordens»*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999 (Provas Auxiliares, policopiadas, da Prova de Doutoramento).

⁵² Juan J. Linz, «An authoritarian regime: Spain», *Cleavages, Ideologies and Party Systems. Contributions to comparative political sociology*

O Estado Novo recolherá organicamente e aplicará pragmaticamente uma síntese política, ideológica e cultural dos vários mundos do nacionalismo português, que, ao longo dos anos 20, se foi constituindo em mitologia política através da propaganda de várias organizações políticas e de um importante grupo de revistas e jornais, vindo a convergir na necessidade transitória de uma ditadura militar. Apesar dessa ideia mobilizadora, é certo que após a revolução de 28 de Maio de 1926 assistiu-se a um forte embate entre diversas concepções institucionais de autoritarismo político-militar: a sucessão dos Ministérios Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa e Óscar Carmona é a sua prova inequívoca.

A grande ameaça à consolidação institucional do nacionalismo autoritário conservador, quando a ditadura militar se transformou em ditadura civil sob a liderança política de António de Oliveira Salazar, veio, no interior do campo nacionalista, da proposta totalitária do Nacional-Sindicalismo de Francisco Rolão Preto, entre 1932 e 1934, mas, como afirmou Luís Cabral de Moncada, também seduzido no início pelo movimento, este «não passou de um epifenómeno de superfície como o da fosforescência de certas vagas de mar [...], cuja única função consistiu apenas em aclamar, vitoriar e erguer em numerosas situações o braço direito e a mão na saudação fascista e nazi. Não foram guerreiros, foram actores [...]»⁵³.

O ambiente da Guerra Civil de Espanha seria propício à definitiva consolidação política e militar do Estado Novo, e do seu chefe, que, na versão de um dos intelectuais orgânicos mais influentes do regime, António Carneiro Pacheco, estava envolto de um «messiânico prestígio» e incumbido de uma «missão providencial», transformando-o num «guia espiritual do Povo»,

(Organização de Erik Allardt and Yrjö Littunen), Helsinki, s.n., 1964, pp. 301-304.

⁵³ Luís Cabral Moncada, *Memórias. Ao longo de uma vida (Pessoas, factos, ideias). 1888-1974*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992, pp. 182-183.

num «grande Educador do nosso tempo»⁵⁴. Nesses anos, evidenciou-se uma coreografia nacionalista revolucionária, exercitada pela Organização Nacional Mocidade Portuguesa e pela Legião Portuguesa com desfiles e acampamentos, e propagou-se sistematicamente o anticomunismo através do opúsculo, do artigo de jornal, do discurso em comício ou do programa radiofónico «Cinco Minutos Anticomunistas» emitido, de início, diariamente, no Rádio Clube Português (dirigido por Jorge Botelho Moniz) e na Emissora Nacional (dirigida por Henrique Galvão).

O momento apoteótico da liturgia cívica nacionalista do Estado Novo será, no entanto, revelado pela grandiosa operação pública das comemorações do duplo centenário de 1940, onde o regime autoritário se quis mostrar como «era do engrandecimento» nacional, investindo fortes recursos numa representação etnográfica, histórica, política e simbólica de Portugal, que as práticas desenvolvidas em torno das Exposições, do Congresso do Mundo Português e dos Cortejos, em Lisboa, e do Parque Portugal dos Pequenitos, em Coimbra, ajudaram a construir e a divulgar.

A nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros, publicada nos jornais de 27 de Março de 1938, sobre as directrizes para as comemorações centenárias, definia já a representação histórico-político essencial das práticas celebrativas a promover em 1940: «Ter oito séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado [...]. As comemorações centenárias são acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do mundo e em que todos podem e devem colaborar de maneira efectiva [...]»⁵⁵.

⁵⁴ Carneiro Pacheco, *O Retrato do Chefe*, Lisboa, Edição da União Nacional, 1935.

⁵⁵ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, 2ª ed., vol. III (1938-1943), Coimbra, Coimbra Editora, Lda, 1959, pp. 41 e 57.

Os inícios da década de 60 abriram novas hipóteses para a reactualização do nacionalismo doutrinário oficial, muito condicionada então pelo desenvolvimento das guerras em África e pela progressiva desintegração ideológico-cultural do Estado Novo. O contexto histórico aparecia claramente desfavorável, mesmo junto de intelectuais orgânicos do regime, como foi o caso de Pedro Teotónio Pereira, que em 1967 afirmou: «O Nacionalismo não parece positivamente muito à moda nesta curiosa fase que o mundo vem atravessando de experiências super-nacionais e de ensaios colectivistas [...]. O conceito de nação não perdeu a sua actualidade nem se descobriu até agora alguma nova forma que lhe supere em realismo político [...]. Os povos têm naturalmente fases diferentes na sua devoção pelo património dos valores nacionais. Daí, o grau do seu *nacionalismo* [...]»⁵⁶.

⁵⁶ Teotónio Pereira, *Nacionalismo Português*, s.n., Coimbra, s.d.[1967], pp. 3-4.